

Um olhar histórico sobre a importância do orientador educacional no cotidiano escolar

Paulo Henrique Maia da Silveira

Secretaria Municipal de Educação de Bagé, paulohenriquemaiaasilveira1@gmail.com

Introdução

O papel do orientador educacional no cotidiano escolar tem evoluído significativamente, refletindo as mudanças nas demandas sociais e no próprio conceito de educação. Libâneo (2004) destaca que a função dos profissionais da educação, incluindo os orientadores, se adapta em resposta às transformações sociais e ao entendimento de um papel mais abrangente da escola, além de seu caráter meramente instrutivo.

Inicialmente, a atuação do orientador estava muito ligada à orientação vocacional, ajudando os alunos a identificarem suas carreiras e assumindo, em alguns momentos, funções de suporte psicológico para aqueles considerados ‘problemáticos’. No entanto, foi apenas a partir da década de 1980 que essa perspectiva começou a mudar, sinalizando uma transição no entendimento sobre o que significa ser um orientador educacional. Segundo Luck (2000), essa década marcou uma mudança importante na concepção da orientação educacional, com uma reavaliação do papel do orientador em função das novas demandas pedagógicas e sociais.

Essa transição no papel do orientador reflete transformações mais amplas nas práticas pedagógicas e nas expectativas sobre a educação, como observa Piletti (2005). A educação passou a ser vista não apenas como um meio de adquirir conhecimentos acadêmicos, mas como um processo integral, que envolve o desenvolvimento emocional, social e pessoal dos estudantes. O orientador educacional, portanto, assume a função de mediador e facilitador no ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

Diante disso, é pertinente discutir a importância do orientador educacional no cotidiano escolar. Questões como ‘Quais são os efeitos do trabalho do orientador escolar na vida dos alunos?’ e ‘Como as transformações na profissão ao longo do século XX impactaram a prática educacional?’ emergem como centrais para entender o contexto atual da educação. Além disso, analisar o impacto do orientador na rotina escolar e nos processos de ensino e de aprendizagem pode fornecer reflexões valiosas sobre como essa função se relaciona com o bem-estar e o sucesso dos alunos, conforme Saviani (2003) sugere ao explorar a importância de práticas educativas democráticas e acolhedoras no ambiente escolar.

Breve histórico da orientação educacional no Brasil

Segundo Pimenta (1988), a Orientação Educacional tem suas raízes nos Estados Unidos, onde surgiu na década de 1930 como uma prática voltada à orientação profissional. Este modelo norte-americano foi rapidamente adaptado a outros contextos, incluindo o Brasil, onde começou a se consolidar nos anos 1940. Naquela época, o sistema educacional brasileiro passava por uma série de transformações, buscando alinhar-se a práticas internacionais que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país e para a formação de mão de obra qualificada.

A primeira menção formal a cargos de orientadores educacionais no Brasil ocorreu por meio do Decreto n. 17.698, de 1947, que regulamentava a atuação de orientadores nas Escolas Técnicas e Industriais estaduais. Esse decreto representou um passo importante, pois reconhecia oficialmente a necessidade de profissionais dedicados ao acompanhamento dos alunos, com ênfase em auxiliar os estudantes na escolha de uma carreira que correspondesse às suas habilidades e interesses. Nesse contexto, a função do orientador educacional estava fortemente centrada na questão vocacional, refletindo o modelo implementado nos Estados Unidos, onde a orientação educacional servia, primeiramente, para apoiar a escolha profissional dos estudantes.

Contudo, a profissão ainda enfrentava desafios significativos devido à ausência de um curso específico para a formação de orientadores educacionais. A falta de diretrizes claras para a escolha e a capacitação desses profissionais resultava em critérios de seleção muitas vezes duvidosos e subjetivos, comprometendo a eficácia da orientação oferecida. Diante dessa realidade, houve uma crescente demanda por regulamentação e formalização da profissão.

Em resposta a essas necessidades, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) regulamentou provisoriamente a profissão em 1958. Essa medida inicial buscava estabelecer normas que garantissem uma atuação mais estruturada e padronizada dos orientadores educacionais. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024, em 1961, a formação e atuação dos

orientadores educacionais foram oficialmente formalizadas. Essa legislação não apenas consolidou o papel do orientador educacional, mas também assegurou uma estrutura curricular que incluía conhecimentos específicos para a orientação e o suporte ao desenvolvimento dos estudantes dentro do contexto escolar. A partir desse momento, o orientador educacional passou a ser reconhecido como uma peça fundamental no processo educativo, contribuindo não apenas para a escolha profissional dos alunos, mas também para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

No início da Orientação Educacional no Brasil, o papel do orientador era fortemente centrado no aluno e nos problemas que ele enfrentava, tanto dentro quanto fora da escola. A atuação do orientador focava predominantemente em questões comportamentais e pessoais, muitas vezes com uma abordagem que se assemelhava mais à de um psicólogo do que à de um educador. Nesse período, quase não se falava em incentivar a autonomia do aluno ou em fomentar sua formação cidadã.

O objetivo principal era ajudar o aluno a se ‘ajustar’ ao ambiente escolar e às expectativas sociais, sem necessariamente promover habilidades para que ele pudesse tomar decisões de maneira independente. Assim, o orientador educacional era visto como um suporte para resolver questões específicas e comportamentais, atuando de forma muito individualizada e assistencialista, com pouca ênfase na construção de um estudante participativo e consciente de seu papel na sociedade.

Nesse período, tenta-se resgatar a importância da escolaridade para as estratégias de vida das camadas populares, chamando a atenção para a estrutura interna da escola como um dado significativo para o desempenho dos alunos. A Orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel. (Grinspun, 2003, p. 20).

Nesse período, a função da Orientação Educacional começou a ser questionada dentro da escola, levando à revisão de seus pressupostos teóricos e ao reposicionamento do orientador

como um profissional mais atuante no ambiente escolar. Foram criados cursos de atualização, nos quais se discutiam questões relacionadas à prática orientadora, aos valores que a fundamentavam, à realidade dos alunos e também ao contexto do mundo do trabalho.

É necessário pensar junto com os alunos sobre o ambiente que os circunda e as relações que estabelecem com esse ambiente, para que, tomando consciência da expropriação a que são submetidos, sintam-se fortalecidos para lutar por seus direitos de cidadãos (Millet, 1987, p. 43).

Esse período marca o surgimento de uma nova visão para a Orientação Educacional, que passa a ser compreendida de forma mais ampla e integrada ao cotidiano escolar. Em vez de se restringir a intervenções pontuais e individuais, a orientação educacional começa a ser vista como uma prática que contribui para a formação integral do aluno, incluindo aspectos acadêmicos, emocionais e sociais. Esse novo enfoque permite ao orientador educacional assumir um papel mais estratégico dentro da escola, colaborando não apenas no apoio direto aos alunos, mas também na construção de um ambiente que valorize o desenvolvimento de habilidades essenciais para a cidadania e para a vida em sociedade.

A orientação, hoje, está mobilizada com outros fatores que não apenas e unicamente cuidar e ajudar os ‘alunos com problemas’. Há, portanto, necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de Orientação, voltada para a ‘construção’ de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente. Desloca-se, significativamente, o ‘onde chegar’, neste momento da Orientação Educacional, em termos do trabalho com os alunos. Pretende-se trabalhar com o aluno no desenvolvimento do seu processo de cidadania, trabalhando a subjetividade e a intersubjetividade, obtidas através do diálogo nas relações estabelecidas (Grinspun, 1994, p. 13).

A visão do Orientador Educacional transcende o papel de mero auxiliador ou solucionador de problemas; ele se torna um protagonista essencial na formação e construção de cidadãos no ambiente escolar.

Histórico do papel do orientador educacional

Para que o Orientador Educacional consolidasse seu espaço na escola, foi necessário passar por uma série de transformações históricas, enfrentando desafios e adaptações, até que sua profissão fosse plenamente reconhecida e integrada às dimensões pedagógicas. Esse percurso envolveu mudanças significativas no entendimento e na valorização do papel do orientador dentro do ambiente escolar. Collares (2006) resume esses diferentes períodos da trajetória do

orientador educacional da seguinte forma:

- Período Implementar: compreende o período de 1920 a 1941 e está associado à Orientação Profissional, preponderando a seleção e escolha profissional, nesse período o papel do orientador era auxiliar seus alunos na escolha profissional e inseri-lo no mercado de trabalho;
- Período Institucional – de 1942 a 1961: caracterizado pela exigência legal da Orientação Educacional nas unidades de ensino e nos cursos de formação dos orientadores educacionais; nesse período há a divisão funcional e institucional; surge a Escola Pública;
- Período Transformador – de 1961 a 1970: pela Lei 4.024/61, a Orientação Educacional é caracterizada como educativa, ressaltando a formação do Orientador Educacional e fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Período Disciplinador – de 1971 a 1980: conforme a Lei 5.692/71, a Orientação Educacional é obrigatória nas escolas, incluindo o aconselhamento vocacional. O Decreto 72.846/73, regulamentando a Lei 5.564/68, sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional, disciplina os passos a serem seguidos;
- Período Questionador - de 1980 a 1990: o Orientador Educacional interroga suas práticas, seus valores, a questão do aluno trabalhador, a sua realidade no meio social; a prática da orientação volta-se para a educação como ato político;
- Período Orientador – a partir de 1990: a orientação é voltada para a “construção” do cidadão comprometido com seu tempo e sua gente, trabalhando a subjetividade, obtida através do diálogo.

Atualmente, ainda há uma disputa em torno da definição exata da função do Orientador Educacional nas escolas. Essa questão é evidente, sobretudo, pela quase inexistência desse profissional em colégios particulares e pela significativa carência de orientadores atuando em escolas públicas. No entanto, ao longo dos anos, testemunhamos um avanço político considerável em direção ao reconhecimento e à valorização do Orientador Educacional como um profissional essencial no contexto escolar. Essa evolução reflete a crescente compreensão de que o orientador desempenha um papel fundamental não apenas no apoio individual aos alunos, mas também na promoção de um ambiente educativo mais inclusivo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

Orientador educacional dentro do cotidiano escolar

O trabalho do orientador escolar tem ganhado cada vez mais relevância no ambiente escolar,

sendo valorizado por sua contribuição para um trabalho pedagógico integrado e coeso. Atuando como um elo entre as diferentes dimensões da educação, o orientador escolar busca, de forma harmônica, mediar a conexão entre os alunos, professores e a instituição. Com isso, ele promove uma educação de qualidade, que não se limita apenas ao desempenho acadêmico, mas que também considera o desenvolvimento emocional e social dos estudantes.

Tradicionalmente focado na vida e na formação dos alunos, o orientador educacional assumiu uma importância crucial dentro da instituição de ensino. Ele vai além do papel de apoio imediato, pois contribui diretamente para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para interagir criticamente com o mundo ao seu redor. Por meio de sua atuação, o orientador educacional ajuda a moldar a consciência social e cidadã dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa e interconectada.

A prática de orientador, hoje, deve estar em procurar ajudar o aluno a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permeiarão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção pretendida. É com esse desafio que o orientador, na prática, terá que lidar: ajudar o aluno, orientá-lo no sentido de permitir viver seus desejos, sonhos e paixões, que se inter-relacionam com os saberes, com os fazeres, com o próprio conhecimento. (Grinspun, 2002, p. 149-150).

Segundo a autora, o orientador educacional deve atuar como um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, desempenhando um papel ativo ao auxiliar, orientar e mediar o desenvolvimento do aluno em todas as áreas de sua vida. Essa função abrange não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as relações interpessoais e o convívio social. Ao promover uma educação integral, o orientador busca criar um ambiente que favoreça o crescimento pessoal e a construção de competências essenciais para a vida em sociedade. Dessa forma, ele ajuda o aluno a lidar com os desafios do dia a dia, oferecendo suporte que vai além da sala de aula e contribui para o seu amadurecimento e formação como indivíduo.

O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno 'por inteiro': com utopias, desejos e paixões. (...) a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um serviço de orientação para atender aos excluídos (...), mas para entendê-lo, através das relações que ocorrem (...) na instituição Escola. (Grinspun, 2002, p. 29).

A função do orientador escolar transcende o ambiente escolar, abrangendo também a relação com a comunidade e o apoio a diferentes atores do processo educacional. Segundo Libâneo (2004), o

orientador atua como um mediador entre a escola e a comunidade, promovendo uma interação que fortalece os vínculos e alinha as expectativas de pais, professores e alunos. Além disso, ele complementa o trabalho do professor, garantindo que as necessidades dos alunos sejam atendidas de maneira holística e personalizada, atendendo tanto aos aspectos acadêmicos quanto emocionais.

Atualmente, o papel do orientador educacional é entendido como fundamental para a formação integral do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais essenciais. Luck (2000) destaca que o orientador escolar vai além da orientação sobre comportamentos e atitudes, assumindo também uma função acolhedora, na qual ele escuta, apoia e ajuda o aluno a compreender seu lugar na escola e no mundo. Para Saviani (2003), essa atuação é central para que o aluno se sinta parte de uma comunidade e desenvolva uma consciência crítica sobre seu papel na sociedade. Assim, o orientador educacional desempenha um papel vital na construção de uma educação que valoriza não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Considerações finais

Este estudo evidenciou que, apesar de ter percorrido um caminho longo e desafiador, o Orientador Educacional conquistou um espaço relevante dentro das escolas, firmando-se como um agente indispensável na formação dos alunos. Desde a sua origem, o papel do orientador evoluiu significativamente, adaptando-se às mudanças sociais e pedagógicas, e assumindo novas responsabilidades que transcendem o suporte acadêmico e psicológico. Sua atuação está voltada para a formação integral e contínua do aluno, abrangendo aspectos fundamentais como valores, atitudes, emoções e sentimentos, que são essenciais para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e críticos.

Além disso, o orientador educacional destaca-se como uma das figuras essenciais dentro da instituição escolar, devido à sua capacidade de assistir de forma abrangente todos os atores da comunidade escolar. Ele desempenha um papel de apoio não apenas aos alunos, mas também aos professores e à comunidade em geral, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e harmonioso. Ao refletir sobre os questionamentos iniciais deste estudo, como ‘Quais são os efeitos do trabalho do orientador escolar na vida do aluno?’ e ‘Como foram as transformações sofridas pela profissão do orientador ao longo do século XX?’, é possível concluir que o orientador contribui significativamente para a construção de uma educação que valoriza tanto o aprendizado acadêmico quanto o crescimento pessoal.

A evolução histórica da profissão, desde suas primeiras regulamentações até o

reconhecimento oficial dentro do sistema educacional, demonstra a crescente compreensão de sua importância. O orientador educacional, ao atuar como mediador e facilitador no ambiente escolar, não apenas apoia o sucesso acadêmico, mas também contribui para a construção de uma escola mais inclusiva e voltada ao desenvolvimento integral de cada indivíduo. Portanto, sua presença é fundamental para garantir que todos os membros da comunidade escolar possam se desenvolver em um ambiente que valoriza a diversidade, o respeito e o compromisso com a formação de cidadãos responsáveis e participativos.

Referências

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. A Orientação Educacional – Uma perspectiva contextualizada. *In*: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. **A prática dos Orientadores Educacionais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIB NEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LUCK, Heloísa. **Supervisão e Orientação Educacional para uma Escola de Qualidade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MILET, Rosa Maria Lepak. Uma orientação que ultrapassa os muros da escola. **Revista ANDE**, São Paulo, n. 10, p. 41-45, 1987.

PILETTI, Nelson. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2005.

PIMENTA. S. G. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.